

Uma frente ampla pela democracia

» YSADORA MONTEIRO
» ADRIAN ALBALA

Respectivamente, membro e diretor do Núcleo de Estudos sobre Bicameralismo e Instituições Comparadas (Nebic) da Universidade de Brasília



O deputado André Janones afirmou, em uma das últimas mensagens que dirigiu antes do segundo turno aos apoiadores virtuais de Lula que organizou nas redes sociais, que o próprio Lula dissera a ele que, “nas eleições anteriores, tinha sido eleito por um partido, mas agora seria eleito pelo povo”. O futuro da governabilidade do país depende de que Lula esteja realmente convencido do que disse.

A significativa vitória no segundo turno, com números muito expressivos, não terá sido motivada por adesão a uma agenda apresentada por ele. Se assim fosse, teria impactado as urnas já no primeiro turno. A grande virada decorre, fundamentalmente, da (auspiciosa) rejeição do extremismo autoritário por parte de uma majoritária parcela da população que é muito maior do que o eleitorado de qualquer partido ou coligação. Felizmente, a maioria da população tomou consciência a tempo do risco que corria a democracia e transformou o segundo turno num plebiscito a favor da democracia.

Resta esperar que Lula tenha aprendido a lição (mesmo que com quatro anos de atraso). Sua candidatura não foi uma lista partidária: no segundo turno, tornou-se — ainda que não reconhecida explicitamente — uma “frente ampla”, no sentido clássico do termo: união de forças políticas bastante diferentes em defesa de um núcleo de valores centrais que está sob grave ameaça — no caso, a democracia e o Estado de Direito. Por conseguinte, a maioria eleitoral não autoriza o eleito a perseguir unilateralmente seu programa político;

seu mandato é o de articulador de um acordo nacional, produto de um pacto entre os diferentes segmentos da sociedade que pretendem viver sob a democracia e o Estado de Direito: partidos, sindicatos, associações profissionais e empresariais, organizações da sociedade civil.

Somente uma pauta estruturante negociada de forma autêntica e transparente com todos esses atores sociais permitirá superar os enormes obstáculos que estão na volta da esquina e que ameaçam fazer derreter o futuro governo na paralisia decisória e na ameaça de uso partidário do instrumento do impeachment. Não são perigos triviais: uma maioria de direita (dividida entre uma fração profundamente clientelista e outra fração extremista) em ambas as Casas do Legislativo, maioria essa que tem incentivos ao bloqueio de qualquer iniciativa de política pública de natureza redistributiva ou de resgate dos padrões de legalidade e moralidade na vida pública; um ajuste fiscal que se vai impor independentemente da vontade do governo de turno (seja por meio de medidas de política fiscal, seja por meio de desvalorização cambial e inflação); uma fragilidade financeira do setor público que compromete toda e qualquer iniciativa de enfrentamento dos problemas nacionais pelo governo federal.

Sem pactuar com segmentos sociais relevantes uma agenda mínima, em troca do apoio ativo desses mesmos segmentos pressionando as instâncias institucionais (em especial legislativas e judiciárias) em defesa dos pontos acordados, o caminho do futuro governo é tortuoso e frágil. Somente a pressão social externa, vinda da sociedade organizada, poderá remover os obstáculos impostos às políticas modernizadoras, desde o interior das instituições, pelos grupos de interesses especiais e pela polarização ideológica.

O que se propõe aqui não é um estelionato eleitoral, nem ignorar o programa escolhido pelas urnas: as urnas escolheram uma configuração de poderes que, se observadas as regras procedimentais da democracia (das quais Lula é inequivocamente um defensor), não apenas impedirá

quaisquer propostas que tenha a coligação vencedora, mas imporá severos retrocessos em políticas públicas e regras institucionais. O papel histórico de Lula será, ao contrário, atuar dentro dessas regras democráticas (e sob essa correlação de forças conjuntural desfavorável) para preservar, na máxima extensão possível, as conquistas sociais que ficarão sob ameaça.

Somente uma articulação social ampla, captando apoios fora da coalizão do Executivo, permitirá conter a pressão do poder econômico para que o custo do ajuste recaia sobre os mais pobres; somente uma coligação com a sociedade civil permitirá avançar medidas de restauração do caráter republicano do funcionamento de muitos aspectos de instituições como o judiciário, as big techs ou as emendas orçamentárias. Ignorar essa realidade, e pretender que os recursos de poder isolados do Executivo levarão a resultados nessas arenas fundamentais, significaria abrir mão da única possibilidade de que o interesse público e a proteção aos mais vulneráveis sejam defendidos com alguma eficácia no novo quadro sombrio que se avizinha.

Essa necessidade de buscar pactos sociais traz consigo uma consequência instrumental: para viabilizar a interlocução com os demais agentes, Lula necessita abrir o núcleo decisório do governo às forças que autenticamente compuseram essa frente ampla, para que os agentes que falam em seu nome reflitam na prática essa intenção. Isto traria ainda um imenso benefício adicional: ao dar protagonismo decisório real a novos agentes, fora do núcleo duro partidário que controlou o terceiro mandato, Lula poderia finalmente entregar como legado histórico um conjunto de líderes, localizados em vários pontos do espectro ideológico, que seria capaz de continuar conduzindo a bandeira da democracia. Ao dar espaço real a essas novas gerações, Lula diminuiria o risco de reencontrar daqui a quatro anos os extremistas autoritários estando em posição ainda mais frágil e arriscada do que a que superou nesta eleição.

O desafio de governar em uma sociedade dividida

» HILTON FERNANDES

Cientista político e pesquisador do Labop FESPSP (Laboratório de Opinião Pública e Mídias Digitais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo)



Apesar da vitória de Lula na eleição presidencial deste domingo, virando de forma inédita o resultado do primeiro turno com o apoio decisivo de quem foi às ruas e se mobilizou nas redes sociais, o Brasil precisa agora enfrentar o novo período de incertezas sobre seus rumos. Independentemente do posicionamento político-ideológico do presidente, superado o discurso eleitoral, a realidade impõe o desafio de governar diante de uma sociedade dividida, uma economia pressionada e instituições fragilizadas e em constante questionamento.

O baixo apoio do Congresso, onde partidos de oposição garantiram maioria e lideranças de perfil radical despontaram, tende a dificultar a governabilidade e a tramitação de medidas que fizeram parte de suas promessas de campanha. Nesse cenário, é de se esperar a tradicional negociação de cargos e recursos, que precisará ser mais ampla para agregar partidos que obtiveram bom desempenho nas urnas. Além disso, será necessário um esforço maior e constante a partir de 2027, pois os partidos de oposição têm interesse em apresentar propostas que irão confrontar diretamente o governo federal, com potencial para provocar destabilização, como ocorreu com Dilma Rousseff em seu segundo mandato.

A questão econômica é de vital prioridade e oferece o conjunto de decisões mais desafiador para Lula. Com a série de benefícios adotados durante este ano para alavancar suas chances eleitorais, o presidente terá a difícil missão de não ser julgado por “estelionato eleitoral” caso não consiga implementar suas promessas. Como não terá a vantagem dada a novos governantes de culpabilizar seu antecessor, precisará resistir à tentação de soluções simplistas que provoquem ainda mais despesas aos cofres públicos e que normalmente servem apenas para jogar os problemas para o futuro. A vigilância sobre seus atos será maior agora, com um Congresso virtualmente de oposição e com uma parte considerável da sociedade insatisfeita com as urnas.

Do ponto de vista da divisão social, Lula terá de lidar com demandas historicamente difíceis para ele e seu partido, como a diminuição da ida-de penal e endurecimento da segurança pública. Com um país formado por governadores em sua maioria conservadores e ligados a partidos de oposição, mudanças na área de segurança devem passar a ser pauta de embates entre o governo e o Congresso, com pouca margem de manobra para debates sobre direitos e proteção social. Se Lula ceder às demandas mais agressivas, poderá perder o apoio político duramente conquistado após o primeiro turno. Se não ceder, se arriscará enfrentar confrontos com setores organizados da sociedade.

Os maiores riscos, entretanto, parecem estar relacionados à preservação das instituições. O próprio resultado eleitoral deve ser alvo de questionamentos diante das diferentes ações atípicas que ocorreram desde o primeiro turno, com denúncias de possíveis influências externas e interferências da Justiça no processo, em especial com a prorrogação do período de votação nesse domingo, já apontada pelo candidato derrotado como ilegal. Isso tudo em um quadro de desconfiança popular crescente sobre o Executivo, Legislativo e Judiciário, que provavelmente também influenciou as decisões dos eleitores. O caso da relação entre ministros do STF e o fraudador Daniel Vorcaro, do Banco Master, por exemplo, é emblemático e deve ficar conhecido como o episódio que representou a maior crise na história da Suprema Corte.

Nesse cenário, será fundamental que Lula se apresente como líder responsável para não inflar ainda mais os ânimos dos eleitores, tanto dos que votaram nele ou contra. O momento pede moderação e união, com um apelo claro à manutenção das instituições e das regras constitucionais, para evitar o risco de aumentar a insatisfação popular e a indisposição entre os Poderes, que pode gerar uma séria insegurança institucional, capaz de afetar decisões empresariais, investimentos, expectativas econômicas e a confiança da população. Será importante deixar clara a opção pelo respeito à Constituição, responsabilidade fiscal, preservação da independência dos Poderes e de relações institucionais que não dependam de afinidades ideológicas.

Prever os rumos de um novo governo é sempre um exercício de cautela. Em uma sociedade que demanda respostas rápidas, de forte impacto e grande visibilidade, como ocorre no universo promovido pelas redes sociais, resta lembrar que esse jamais deveria ser o comportamento de um governo, cuja função principal é proteger os direitos individuais e preservar a independência das instituições, sempre dentro dos limites constitucionais. É nessa capacidade de equilibrar poder, responsabilidade e interesse público que estará um dos principais desafios do governo.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Liderar a ONU dentro dos limites do possível

» NASSER ZAKR

Advogado especializado em direito internacional e direitos humanos, com carreira na ONU e atuação em missões de paz e mediação diplomática



A sucessão do secretário-geral recoloca uma pergunta que o direito internacional e a diplomacia já não podem adiar: que tipo de liderança ainda é possível quando a autoridade da ONU depende dos mesmos Estados que definem sua margem de atuação?

A Organização das Nações Unidas não é um governo mundial. Não exerce soberania sobre os Estados. Sua atuação está inserida em uma arquitetura na qual a autoridade política permanece vinculada aos governos nacionais, enquanto o Conselho de Segurança concentra decisões essenciais — e também impasses recorrentes, agravados pelo poder de veto das grandes potências. Essa é uma característica estrutural do sistema, não uma falha conjuntural.

O secretário-geral não governa. Sua função combina representação, mediação e iniciativa política dentro do espaço que a Carta e os Estados lhe concedem. Cabe-lhe preservar a coerência institucional quando o consenso desaparece, manter canais de diálogo quando a diplomacia falha e evitar que o bloqueio político se transforme em ausência de ação. É uma função de resistência, não de comando — e seu exercício

depende de uma leitura precisa do que o sistema permite e do que as grandes potências estão dispostas a aceitar.

O processo sucessório está agora concentrado no Conselho de Segurança. As sucessivas sondagens informais procuram aferir o apoio às diferentes candidaturas, mas seus resultados não constituem uma recomendação formal do conselho e não revelam publicamente a posição de cada um de seus membros permanentes.

A distinção é juridicamente relevante. O artigo 97 estabelece que o secretário-geral é nomeado pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança. O texto não estabelece expressamente um mecanismo de transição para o caso de o conselho não formular a recomendação necessária. A experiência de 1950, quando a assembleia decidiu manter o então secretário-geral no cargo depois de o conselho não conseguir formular uma recomendação, constitui um precedente histórico — mas um precedente não equivale a uma solução jurídica automática para uma situação contemporânea.

É nesse ponto que a sucessão deixa de ser apenas uma questão diplomática e revela um problema mais profundo. A ONU não falha apenas quando não age. Ela também revela seus limites quando o sistema não consegue decidir — quando a paralisia é política, não técnica. Se o conselho não conseguir recomendar um sucessor em tempo hábil, a organização terá de enfrentar a continuidade de sua principal autoridade executiva sem que a Carta resolva expressamente essa circunstância.

O processo de seleção é condicionado, desde o início, pela necessidade de construir equilíbrio político entre os membros permanentes e reunir apoio suficientemente amplo para que uma candidatura avance. Essa dinâmica expõe uma tensão permanente na estrutura institucional da ONU: quanto maior a dependência da concordância entre as grandes potências, menor o espaço para que o secretário-geral atue justamente quando essas potências estão em desacordo.

A credibilidade da organização não depende apenas de produzir normas. Depende também de preservar sua legitimidade quando a aplicação dessas normas se torna politicamente difícil. Em momentos de crise, o secretário-geral também se torna um dos intérpretes da legitimidade internacional — e essa função exige escolhas que raramente são politicamente neutras.

A forma como uma instituição escolhe seu dirigente revela o espaço que está disposta a conceder ao cargo. Se prevalecer apenas o mínimo necessário para produzir um acordo — ou se o conselho não conseguir sequer produzi-lo —, a sucessão se tornará um teste da capacidade da ONU de assegurar continuidade institucional em um momento em que o sistema encontra dificuldades crescentes para produzir decisões comuns.

A decisão do Conselho de Segurança terá efeitos muito além de Nova York. Ela ajudará a definir não apenas quem ocupará o cargo de secretário-geral, mas a margem política e institucional que a organização terá para agir quando o consenso entre as grandes potências faltar.

É aí que se mede o alcance real da liderança da ONU.